

Demonstrações Financeiras

Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
5. CLIENTES	18
6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	18
7. INVESTIMENTOS.....	19
8. IMOBILIZADO	24
9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	25
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	26
11. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	26
12. PROVISÕES	27
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
14. RECEITA.....	29
15. DESPESAS OPERACIONAIS	29
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	30
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	30
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	32
20. EVENTOS SUBSEQUENTES	35
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (“Companhia” ou “Cemig Sim”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$102.153 mil (R\$89.595 mil em 2020), representado por 102.152.902 ações (89.595.251 ações em 2020) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado em 2021 de R\$7.208 mil (R\$1.646 mil em 2020). Destaca-se, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o aumento com ganhos de equivalência patrimonial, no montante de R\$14.336 mil (R\$8.272 mil em 2020).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou créditos referentes a imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$2.812 mil, em relação ao resultado de R\$4.396 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.032 mil, em relação ao resultado de R\$2.678 mil antes dos efeitos fiscais, representando 38,54% do lucro antes da tributação.

As alíquotas de imposto de renda e contribuição social foram 15% e 9%, respectivamente.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi positivo em R\$4.851 mil (R\$2.254 mil positivo em 2020) e a margem do LAJIDA foi positiva em 80,35% no mesmo período (27,09% positiva no exercício de 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var.
Resultado líquido	7.208	1.646	337,91
Despesas (Créditos) com imposto de renda e contribuição social	(2.812)	1.032	(372,48)
Resultado financeiro	287	(474)	(160,55)
Depreciação e amortização	168	50	236,00
LAJIDA	4.851	2.254	115,22

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$7.208 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$360 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.424 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$3.424 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Sim manifesta seu agradecimento ao Governador do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria e ao Conselho de Administração do acionista controlador e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	474	4.517
Títulos e valores mobiliários	4	6.833	2.170
Clientes	5	786	938
Tributos compensáveis		566	1.372
Dividendos a receber		-	970
TOTAL DO CIRCULANTE		8.659	9.967
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	1.405	488
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	4.191	1.379
Tributos compensáveis		416	-
Investimentos	7	98.840	89.207
Imobilizado	8	292	74
Direito de uso	9	3.119	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		108.263	91.148
ATIVO TOTAL		116.922	101.115

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		437	557
Impostos, taxas e contribuições	10	562	411
Dividendos a pagar	13	3.654	1.012
Salários e contribuições sociais	11	987	717
Passivo de arrendamento	9	401	-
Cauções em garantia	7	-	6.750
TOTAL DO CIRCULANTE		6.041	9.447
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamento	9	2.871	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.871	-
TOTAL DO PASSIVO		8.912	9.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	102.153	89.595
Reservas de lucros		5.857	2.073
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		108.010	91.668
PASSIVO TOTAL		116.922	101.115

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

		2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	14	6.037	8.320
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Pessoal		(8.645)	(8.198)
Materiais		(126)	(35)
Serviços de terceiros		(6.441)	(4.796)
Arrendamentos e aluguéis		(104)	(12)
Tributos		(31)	(10)
Depreciação e amortização		(168)	(50)
Outros		(175)	(1.287)
		(15.690)	(14.388)
Resultado de equivalência patrimonial	7	14.336	8.272
Resultado operacional antes do resultado financeiro		4.683	2.204
Receitas financeiras	16	433	511
Despesas financeiras	16	(720)	(37)
		(287)	474
Resultado antes dos impostos		4.396	2.678
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	2.812	(1.032)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		7.208	1.646
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		70,56	18,38

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.208	1.646
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	7.208	1.646

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucro		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	15.122	215	994	-	16.331
Aumento de capital	74.473	-	-	-	74.473
Resultado do exercício	-	-	-	1.646	1.646
Reserva legal	-	82	-	(82)	-
Dividendos obrigatórios (R\$8,73 por lote de mil ações)	-	-	-	(782)	(782)
Reserva de retenção de lucros	-	-	782	(782)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	89.595	297	1.776	-	91.668
Aumento de capital	12.558	-	-	-	12.558
Resultado do exercício	-	-	-	7.208	7.208
Reserva legal	-	360	-	(360)	-
Dividendos obrigatórios (R\$33,52 por lote de mil ações)	-	-	-	(3.424)	(3.424)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.424	(3.424)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	102.153	657	5.200	-	108.010

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	7.208	1.646
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.812)	1.032
Resultado de equivalência patrimonial	(14.336)	(8.272)
Depreciação (Nota 8)	19	50
Amortização direito de uso	160	
Juros passivo de arrendamento (Nota 9)	479	1
Outros	-	965
	(9.282)	(4.578)
(Aumento) Redução de ativos		
Clientes	152	1.100
Tributos compensáveis	390	(313)
Dividendos recebidos	12.351	626
Tributos diferidos	-	1.030
Restituição de capital (Nota 7)	5.880	-
Outros créditos	(3.279)	-
	15.494	2.443
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(120)	471
Impostos, taxas e contribuições	151	170
Imposto de renda e contribuição social	-	(603)
Salários e contribuições sociais	270	(1.322)
Outras obrigações	(3.497)	6.750
	(3.196)	5.466
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.016	3.331
Imposto renda e contribuição social pagos	-	(429)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.016	2.902
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(12.558)	(73.769)
Títulos e valores mobiliários	(5.580)	(2.658)
Imobilizado	(237)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(18.375)	(76.427)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	12.558	74.473
Dividendos pagos	(782)	(1.455)
Arrendamentos pagos	(460)	(33)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	11.316	72.985
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.043)	(540)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.517	5.057
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	474	4.517
	(4.043)	(540)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. – Cemig Sim (“Companhia” ou “Cemig Sim”), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, foi constituída em 9 de janeiro de 2002 e está sediada em Belo Horizonte/MG.

A Cemig Sim atua na prestação de serviços de geração distribuída, oferecendo, ainda, soluções em eficiência energética, armazenamento de energia e mobilidade elétrica, e tem por principais objetivos: (i) implantar, instalar, operar, manter e locar empreendimentos e equipamentos de micro e mini geração distribuídas, bem como captar e/ou gerir comercialmente os clientes desse segmento; (ii) formatar negócios, desenvolver soluções associadas à efficientização energética e à micro e minigeração distribuídas; (iii) prestar consultoria, assessoria técnica, serviços de engenharia e desenvolver estudos de instalação e locação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuída e de adesão de consumidores ao sistema de compensação de energia elétrica, compreendendo análise de viabilidade técnica, regulatória e econômica; (iv) desenvolver negócios, exercer atividades e prestar serviços correlatos, vinculados ou necessários, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, relacionados à consecução de seu objeto social; (v) prestar serviços de eficiência e soluções energéticas, construção, modernização e repotenciação através da elaboração de estudos e execução de projetos de engenharia, para Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, usinas termelétricas, usinas eólicas e outros empreendimentos; (vi) realizar gestão energética e de centrais de utilidades nas suas mais variadas formas, incluindo o suprimento energético e a prestação de serviços correlatos; (vii) prestar serviços de automação e medição para otimização energética e controle de processos; (viii) gerir contratos de compra e venda de energéticos (energia elétrica, combustíveis, insumos e subprodutos energéticos, dentre outros) e de utilidades (tais como, gases de processo, ar comprimido, vácuo, água industrial); (ix) realizar estudos para melhoria de confiabilidade de fornecimento de energia no uso final; (x) prestar serviços de comissionamento, operação e manutenção em instalações de suprimento e uso de energia e de utilidades; (xi) elaborar projetos dentro de sua área de atuação para viabilizar a obtenção de financiamentos pelos clientes junto a instituições financeiras; (xii) prestar serviços de consultoria e treinamentos relativos a sistemas de energia, gestão ambiental, segurança e da qualidade; (xiii) intermediar operações de compra e venda de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos; (xiv) desenvolver, oferecer e operar serviços de arrecadação de convênios, faturas de terceiros ou valores por meio da fatura de energia elétrica; (xv) prestar serviços de gestão de iluminação pública, convencionais ou inteligentes; (xvi) desenvolver negócios envolvendo tecnologias e inovação na área de energia.

A Companhia possui participação societária de 49% nas seguintes controladas em conjunto, constituídas em parceria com a Mori Energia Holding S.A. (“Mori Energia”) que detém 51% de participação no capital total dos empreendimentos, cujo principal objetivo é a geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída, totalizando uma potência instalada de 53,61MWp (não auditado):

Investimentos	Potência total (MWp) (Não auditado)
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	5
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	5
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	3
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	7
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	3
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	3
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	3
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	3
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	7

COVID-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou como pandemia a situação de disseminação da Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança de sua força de trabalho, incluindo: restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de *home-office* para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou, dentre outras medidas, o contingenciamento de investimentos e redução de despesas.

Impacto nas demonstrações financeiras

Os impactos da pandemia de Covid-19 divulgados nestas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 29 de agosto de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes;
- Nota 6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 7 – Investimentos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, fornecedores e passivo de arrendamento.

b) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real.

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

d) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais-valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado, após o cálculo de seu montante, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

e) Receita operacional

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas à medida que obrigações de performance são satisfeitas, pelos valores a que a Companhia espera ter direito em troca dos serviços transferidos.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	149	275
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	-	4.131
Overnight	325	111
	<u>474</u>	<u>4.517</u>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 65% e 99% em 2020, conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que, em 2021, variou entre 8,87% e 9,14% (1,89% em 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Aplicações financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário – CDB	400	353
Letras Financeiras – Bancos	5.644	1.340
Letras Financeiras do Tesouro	710	473
Debêntures	<u>79</u>	<u>4</u>
	6.833	2.170
Não circulante		
Letras Financeiras – Bancos	1.386	472
Debêntures	<u>19</u>	<u>16</u>
	1.405	488
	<u>8.238</u>	<u>2.658</u>

Os Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”) que, em 2021, foi de 107,24% (106% a 110% do CDI em 2020, conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (“LFs”) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do CDI. As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre 105% e 130% em 2021 (99,5% a 130% do CDI em 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (“LFTs”) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variam entre TR + 1% a 109% do CDI em 2021 e 2020.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total	
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Mais de 360 dias	2021	2020
Clientes	483	120	105	7.166	7.874	8.026
PECLD	-	-	-	(7.088)	(7.088)	(7.088)
Total	483	120	105	78	786	938

A Companhia constituiu provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD para absorver eventuais perdas na realização das contas a receber. A Companhia busca judicialmente a recuperação dos valores vencidos para os quais foram constituídas as provisões para perdas.

O montante da dívida foi atualizado conforme cláusulas contratuais e os valores das prestações foram calculados segundo as regras do comitê de crédito de sua controladora.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	2021	2020
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	4.874	1.567
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	2.409	2.409
Outros	52	-
	7.335	3.976
Passivos fiscais diferidos		
Valor justo de participações societárias	(3.144)	(2.597)
	(3.144)	(2.597)
Total líquido	4.191	1.379

7. INVESTIMENTOS

Investidas	2021	2020
Controladas em conjunto		
UFV Janaúba	2.698	9.679
UFV Corinto	9.259	9.184
UFV Manga	11.294	11.049
UFV Bonfinópolis II	6.432	6.080
UFV Lagoa Grande	14.891	14.826
UFV Lontra	17.823	16.999
UFV Mato Verde	6.130	6.078
UFV Mirabela	4.058	3.945
UFV Porteirinha I	5.318	5.047
UFV Porteirinha II	6.384	6.320
UFV Brasilândia	14.553	-
Total do investimento	98.840	89.207

Em março de 2021, a Companhia adquiriu participação na Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A., voltada à geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída, com potência instalada de 7,35 MWp (não auditado), no montante de R\$12.558, cujo valor justo foi estimado em R\$14.519.

A aquisição foi concluída por meio do exercício da opção de compra, pela Companhia, de 49% das ações da SPE, conforme estabelecido em Memorando de Entendimentos (“MoU”) celebrado, em junho de 2019 e alterado em março de 2020, entre a Companhia e a Mori Energia. As condições estabelecidas nos acordos firmados para disciplinar a composição da administração e a governança do empreendimento levam a sua qualificação como controlado em conjunto. O excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, estimado em relação ao custo do investimento (ganho por compra vantajosa), no montante de R\$1.961, foi incluído como receita na determinação da sua participação nos resultados da investida no período da aquisição, sendo reconhecidos os passivos fiscais diferidos correspondentes.

O valor justo dos ativos e passivos do empreendimento na data da transação, bem como outras informações relacionadas, encontram-se apresentados a seguir:

Empreendimento	Capacidade instalada (MWp) (Não auditado)	Data de aquisição	Patrimônio líquido (49%)	Valor justo dos ativos líquidos (49%)	Preço de aquisição	Mais-valia	Compra vantajosa
UFV Brasilândia	7,35	16/03/2021	12.952	14.519	12.558	1.567	1.961

Na mensuração do valor justo dos ativos, a Companhia assumiu que os fluxos de caixa da investida são majoritariamente provenientes de seus ativos operacionais e que os demais ativos e passivos existentes na data do balanço de abertura aproximam-se de seus valores justos. Foi utilizada a metodologia do fluxo de caixa descontado da firma (*FCFF – Free cash flow to firm*), com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos, trazidos a valor presente pelo custo de capital ponderado (*WACC*) definido pela Companhia.

Também foi reconhecida mais-valia a ser amortizada, de forma linear, durante o período de vida útil dos ativos, referente à diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos da adquirida e o correspondente passivo fiscal diferido.

A movimentação dos investimentos da Companhia, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é apresentada a seguir:

Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial (1)	Dividendos	Aportes/Aquisições	Outros (2)	31/12/2021
UFV Janaúba	9.679	512	(1.613)	-	(5.880)	2.698
UFV Corinto	9.184	1.492	(1.417)	-	-	9.259
UFV Manga	11.049	2.075	(1.830)	-	-	11.294
UFV Bonfinópolis II	6.080	702	(350)	-	-	6.432
UFV Lagoa Grande	14.826	1.980	(1.915)	-	-	14.891
UFV Lontra	16.999	1.244	(420)	-	-	17.823
UFV Mato Verde	6.078	794	(742)	-	-	6.130
UFV Mirabela	3.945	663	(550)	-	-	4.058
UFV Porteirinha I	5.047	794	(523)	-	-	5.318
UFV Porteirinha II	6.320	777	(713)	-	-	6.384
UFV Brasilândia	-	3.303	(1.308)	12.558	-	14.553
Total do Investimento	89.207	14.336	(11.381)	12.558	(5.880)	98.840

(1) Inclui o valor referente à compra vantajosa na aquisição da UFV Brasilândia.

(2) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2021, a Companhia declarou voto favorável à redução do capital social da UFV Janaúba, no montante de R\$12.000, alterando seu capital social de R\$18.510 para R\$6.510.

Investidas	31/12/2019	Equivalência patrimonial (1)	Dividendos	Aportes/Aquisições	Outros	31/12/2020
UFV Janaúba	9.727	1.548	(1.596)	-	-	9.679
UFV Corinto	-	578	-	8.606	-	9.184
UFV Manga	-	806	-	10.243	-	11.049
UFV Bonfinópolis II	-	(126)	-	6.467	(261)	6.080
UFV Lagoa Grande	-	2.345	-	12.481	-	14.826
UFV Lontra	-	2.784	-	14.215	-	16.999
UFV Mato Verde	-	673	-	5.405	-	6.078
UFV Mirabela	-	23	-	4.567	(645)	3.945
UFV Porteirinha I	-	(945)	-	6.051	(59)	5.047
UFV Porteirinha II	-	586	-	5.734	-	6.320
Total do investimento	9.727	8.272	(1.596)	73.769	(965)	89.207

(1) Inclui o valor referente à compra vantajosa na aquisição das UFVs Corinto, Manga, Lagoa Grande, Lontra, Mato Verde e Porteirinha II.

O capital social e o patrimônio líquido total dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é assim constituído:

Investidas	Quantidade de ações	2021		2020	
		Capital social	Patrimônio líquido	Capital social	Patrimônio líquido
UFV Janaúba (a)	18.509.900	6.510	6.787	18.510	19.753
UFV Corinto	18.000.000	18.000	18.892	18.000	18.740
UFV Manga	21.235.933	21.236	22.155	21.236	21.601
UFV Bonfinópolis II	13.198.187	13.198	13.235	13.198	12.515
UFV Lagoa Grande	25.471.844	25.472	26.249	25.472	25.802
UFV Lontra	29.010.219	29.011	29.405	29.011	27.363
UFV Mato Verde	11.030.391	11.030	11.337	11.030	11.137
UFV Mirabela	9.320.875	9.321	9.450	9.321	9.282
UFV Porteirinha I	12.348.132	12.348	12.596	12.348	12.132
UFV Porteirinha II	11.702.733	11.703	11.902	11.703	11.712
UFV Brasília	25.629.900	25.879	26.624	-	-

(a) A redução de capital ocorrida no período não modificou a quantidade de ações.

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2021, são apresentadas a seguir:

2021	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo						
Circulante	2.468	2.963	2.767	2.417	3.275	4.183
Caixa e equivalentes de caixa	1.173	2.485	2.272	1.790	2.792	3.007
Não circulante	18.315	16.985	20.280	11.770	23.982	27.022
Imobilizado	17.926	16.888	20.107	11.770	23.887	26.946
Total do ativo	20.783	19.948	23.047	14.187	27.257	31.205
Passivo						
Circulante	1.804	610	371	650	344	1.268
Empréstimos e financiamentos	1.594	-	-	-	-	-
Não circulante	12.192	446	521	302	664	532
Empréstimos e financiamentos	11.349	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	6.787	18.892	22.155	13.235	26.249	29.405
Total do passivo	20.783	19.948	23.047	14.187	27.257	31.205
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	4.591	4.581	6.042	2.509	6.088	5.036
Custos operacionais	(1.607)	(698)	(848)	(519)	(1.007)	(1.009)
Depreciação e amortização	(1.607)	(698)	(848)	(519)	(1.007)	(1.009)
Lucro bruto	2.984	3.883	5.194	1.990	5.081	4.027
Despesas gerais e administrativas	(623)	(266)	(222)	(301)	(156)	(203)
Receitas financeiras	20	-	18	-	-	-
Despesas financeiras	(833)	(82)	(36)	(3)	(7)	(381)
Resultado operacional	1.548	3.535	4.954	1.686	4.918	3.443
Imposto de renda e contribuição social	(503)	(493)	(664)	(259)	(663)	(545)
Resultado líquido do exercício	1.045	3.042	4.290	1.427	4.255	2.898
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	1.045	3.042	4.290	1.427	4.255	2.898
Resultado abrangente do exercício	1.045	3.042	4.290	1.427	4.255	2.898

2021	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirainha I	UFV Porteirainha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	1.386	1.105	2.484	908	2.976
Caixa e equivalentes de caixa	992	879	1.977	397	2.303
Não circulante	11.006	9.453	11.761	11.925	28.378
Imobilizado	10.975	9.450	11.758	11.530	28.128
Total do ativo	12.392	10.558	14.245	12.833	31.354
Passivo					
Circulante	772	879	1.364	633	4.097
Não circulante	283	229	285	298	633
Patrimônio líquido	11.337	9.450	12.596	11.902	26.624
Total do passivo	12.392	10.558	14.245	12.833	31.354
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	2.607	2.148	2.492	2.649	5.308
Custos operacionais	(449)	(386)	(482)	(469)	(1.115)
Depreciação e amortização	(449)	(386)	(482)	(469)	(1.115)
Lucro bruto	2.158	1.762	2.010	2.180	4.193
Despesas gerais e administrativas	(201)	(245)	(210)	(259)	(290)
Receitas financeiras	-	-	-	-	4
Despesas financeiras	(2)	(7)	(13)	(3)	(3)
Resultado operacional	1.955	1.510	1.787	1.918	3.904
Imposto de renda e contribuição social	(270)	(218)	(257)	(275)	(576)
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.643	3.328
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.643	3.328
Resultado abrangente do exercício	1.685	1.292	1.530	1.643	3.328

Os principais saldos, em 31 de dezembro de 2020, dos empreendimentos controlados em conjunto, são os seguintes:

2020	UFV Janaúba	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande
Ativo					
Circulante	3.064	2.307	1.548	425	1.653
Caixa e equivalentes de caixa	2.535	1.263	498	3	640
Não circulante	19.276	17.715	22.116	12.904	24.577
Imobilizado	18.869	17.011	20.160	12.904	24.563
Total do ativo	22.340	20.022	23.664	13.329	26.230
Passivo					
Circulante	2.186	386	305	814	428
Não circulante	401	896	1.758	-	-
Patrimônio líquido	19.753	18.740	21.601	12.515	25.802
Total do passivo	22.340	20.022	23.664	13.329	26.230
Demonstração do resultado					
Receita líquida	4.665	3.304	3.287	-	1.824
Custos operacionais	(816)	(720)	(892)	(129)	(497)
Depreciação	(816)	(720)	(892)	(129)	(497)
Lucro bruto	3.849	2.584	2.395	(129)	1.327
Despesas gerais e administrativas	(216)	(125)	(171)	(488)	(609)
Receitas financeiras	92	20	-	-	1
Despesas financeiras	(37)	(82)	(117)	(8)	(8)
Resultado operacional	3.688	2.397	2.107	(625)	711
Imposto de renda e contribuição social	(532)	(356)	(440)	-	(201)
Resultado líquido do exercício	3.156	2.041	1.667	(625)	510
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	3.156	2.041	1.667	(625)	510
Resultado abrangente do exercício	3.156	2.041	1.667	(625)	510

2020	UFV Lontra	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirainha I	UFV Porteirainha II
Ativo					
Circulante	526	908	468	884	543
Caixa e equivalentes de caixa	-	2	2	1	16
Não circulante	28.621	10.806	9.033	11.738	11.606
Imobilizado	27.351	10.775	9.030	11.735	11.487
Total do ativo	29.147	11.714	9.501	12.622	12.149
Passivo					
Circulante	606	577	219	490	437
Não circulante	1.178	-	-	-	-
Patrimônio líquido	27.363	11.137	9.282	12.132	11.712
Total do passivo	29.147	11.714	9.501	12.622	12.149
Demonstração do resultado					
Receita líquida	-	539	626	462	274
Custos operacionais	(339)	(145)	(183)	(158)	(76)
Depreciação	(339)	(145)	(183)	(158)	(76)
Lucro bruto	(339)	394	443	304	198
Despesas gerais e administrativas	(855)	(156)	(345)	(390)	(105)
Receitas financeiras	2	-	-	-	-
Despesas financeiras	(61)	(7)	(8)	(10)	(9)
Resultado operacional	(1.253)	231	90	(96)	84
Imposto de renda e contribuição social	-	(50)	(64)	(47)	(25)
Resultado líquido do exercício	(1.253)	181	26	(143)	59
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(1.253)	181	26	(143)	59
Resultado abrangente do exercício	(1.253)	181	26	(143)	59

Seguro garantia – Caução

Do preço de exercício das opções de compras de ações, a Companhia realizou a retenção dos valores correspondentes ao seguro garantia, conforme determinado nos termos de fechamento das operações. Os valores foram liberados, em setembro de 2021, após cumpridas, pela Mori Energia, as condições para liberação previstas no *MoU*.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		407	(353)	54
Máquinas e equipamentos	13,47	301	(247)	54
Móveis e utensílios	6,25	106	(106)	-
Em curso		238	-	238
Máquinas e equipamentos		238	-	238
Total		645	(353)	292

	Taxa média anual de depreciação (%)	2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		407	(333)	74
Máquinas e equipamentos	13,74	301	(228)	73
Móveis e utensílios	6,25	106	(105)	1
Total		407	(333)	74

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear por taxas que refletem a vida útil dos bens.

9. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. A metodologia utilizada pela Companhia para estimativa das taxas de desconto é baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade do Grupo Cemig, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-
Adição	3.007	3.007
Amortização	(160)	(160)
Remensuração	272	272
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.119	3.119

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Adição	3.007
Juros incorridos	479
Arrendamentos pagos	(460)
Juros sobre arrendamentos pagos	(26)
Remensuração	272
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.272
Passivo circulante	401
Passivo não circulante	2.871

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
Circulante		
Pis/Pasep	8	39
Cofins	35	180
ISSQN	118	91
INSS	323	84
Outros	78	17
Total	562	411

11. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
Circulante		
Pessoal cedido	867	660
Previdência	87	34
Outros	33	23
	987	717

12. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$113 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020) referente às ações de natureza trabalhista, em que discute sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais.
- R\$4.578 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020) referente aos honorários sucumbenciais decorrentes de ação de natureza de relações com grandes consumidores.

Adicionalmente, em 2021 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R\$102.153 (R\$89.595 em 31 de dezembro de 2020), representado por 102.152.902 ações (89.595.251 em 31 de dezembro de 2020) ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

Aumento de capital

Tendo em vista o exercício da opção de compra de ações na SPE UFV Brasilândia, a Companhia recebeu aporte de capital no valor de R\$12.558, realizado com emissão de 12.557.651 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação.

b) Reservas de lucros

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reservas de lucros		
Reserva legal	657	297
Reserva de retenção de lucros	5.200	1.776
Total	<u>5.857</u>	<u>2.073</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$360 de reserva legal em 2021 (R\$82 em 2020), correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício (50% em 2020), ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reservas de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	7.208	1.646
(-) Constituição de reserva legal	(360)	(82)
Resultado do exercício ajustado	6.848	1.564
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	3.424	782
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	3.424	782
Total dos dividendos propostos	3.424	782

Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à AGO a realizar-se em 2022 que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$7.208, seja dada a seguinte destinação:

- R\$360 para constituição de reserva legal;
- R\$3.424 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$3.424 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

14. RECEITA

	2021	2020
Faturamento bruto de serviços	6.841	9.430
Deduções à receita (a)	(804)	(1.110)
Total	<u>6.037</u>	<u>8.320</u>

a) Deduções à receita

	2021	2020
Cofins	520	717
Pasep	113	156
ISSQN	171	237
	<u>804</u>	<u>1.110</u>

15. DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal (a)	8.645	8.198
Materiais	126	35
Serviços de terceiros (b)	6.441	4.796
Arrendamentos e aluguéis	104	12
Tributos	31	10
Depreciação e amortização	168	50
Perda em investimentos (1)	-	965
Outras	175	322
	<u>15.690</u>	<u>14.388</u>

(1) Referente à aquisição das UFVs Bonfinópolis II, Mirabela e Porteirinha I.

a) Pessoal

	2021	2020
Remuneração	6.666	7.368
Encargos	1.094	543
Previdência privada	739	244
Outros benefícios	146	43
	<u>8.645</u>	<u>8.198</u>

b) Serviços de terceiros

	2021	2020
Comunicação	50	68
Frete e passagens	13	32
Hospedagem e alimentação	9	4
Publicações legais	40	58
Consultoria	494	1.161
Taxa de inscrição – Cursos externos	9	15
Auditoria externa	90	38
Reprografia	57	66
Mão de obra contratada temporária	3.003	1.448
Tecnologia da informação	2.475	1.823
Outros	201	83
	<u>6.441</u>	<u>4.796</u>

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações no mercado financeiro	295	203
Pasep/Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(21)	18
Acréscimos moratórios sobre Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD	-	216
Variações monetárias	114	-
Outras receitas financeiras	45	74
Total de receitas financeiras	433	511
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(149)	-
Juros passivo de arrendamento	(505)	(1)
Outras despesas financeiras	(66)	(36)
Total de despesas financeiras	(720)	(37)
Resultado financeiro	(287)	474

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 15%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.969	2.678
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	669	911
Perda (Ganho) equivalência patrimonial	(3.501)	(215)
Gratificação administradores	13	8
Perda em investimentos	-	328
Outras adições	7	-
Imposto de renda e contribuição social – (Crédito) Despesa efetiva	(2.812)	1.032
Alíquota efetiva	(143%)	38,54%
Diferido	2.812	(1.032)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador em conjunto								
Cemig Holding								
Circulante								
Cessão de pessoal	-	-	867	660	-	-	(4.231)	(5.351)
Dividendos	-	-	3.654	1.012	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Prestação de serviços (1)	-	-	-	334	-	-	(38)	(339)
Cemig Distribuição								
Circulante								
Prestação de serviços (1)	85	118	-	-	452	262	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	324	111	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.834	2.170	-	-	33	21	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.405	488	-	-	-	-	-	-

(1) Referem-se a serviços de treinamento necessários para a implementação de projetos de eficiência energética.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,39% em 31 de dezembro de 2021 (0,06% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	3.560	2.547
Participação nos resultados	641	859
Previdência privada	739	243
Planos de saúde e odontológico	92	5
Total (1)	5.032	3.654

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Clientes	2	786	786	938	938
Títulos e valores mobiliários	2	4.324	4.324	891	891
		5.110	5.110	1.829	1.829
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	325	325	4.242	4.242
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2	400	400	237	237
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	2.804	2.804	1.057	1.057
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	710	710	473	473
		4.239	4.239	6.009	6.009
		9.349	9.349	7.838	7.838
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(437)	(437)	(557)	(557)
Passivo de arrendamento	2	(3.272)	(3.272)	-	-
		(3.709)	(3.709)	(557)	(557)

- (1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem mercado ativo: Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, considerando as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2021	2020
Ativos		
Equivalentes de caixa - Aplicações (Nota 3)	325	4.242
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	8.238	2.658
Ativo exposto	<u>8.563</u>	<u>6.900</u>

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui provisão para Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações *overnight* remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	437	-	-	-	-	437
Passivo de arrendamento	36	72	321	1.716	8.152	10.297
TOTAL	<u>473</u>	<u>72</u>	<u>321</u>	<u>1.716</u>	<u>8.152</u>	<u>10.734</u>

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Cessão onerosa de direitos de projetos de geração distribuída

Em 21 de dezembro de 2021, foi celebrado, entre a Companhia e Citlux Empreendimentos e Participações S.A. e Citlux Geração, em conjunto Citlux, *MoU* para cessão onerosa à Companhia de 100% das participações em 18 Consórcios detentores dos direitos relativos a 18 projetos de geração distribuída, no total de 41,5 MWac (não auditado), pelo valor de até R\$12.631.

Em cumprimento ao previsto no *MoU*, foram realizadas *due diligences* fundiárias nos projetos, com a avaliação da regularidade acerca dos imóveis onde as usinas serão implantadas e dos respectivos proprietários, sendo concluídas entre os meses de janeiro e março de 2022, o que acabou por dilatar o prazo da operação. Atualmente, dos 18 Projetos, 15 Consórcios já tiveram as suas participações transferidas para a Companhia, estando pendente os fechamentos de 3 Projetos, aguardando-se o saneamento das pendências para a conclusão dos negócios.

A Companhia constituiu em fevereiro de 2022, para integrar os consórcios cujas participações serão cedidas onerosamente pela Citlux, uma subsidiária integral sob a forma de uma SPE e trabalha na elaboração do edital para licitação das obras de implantação dos projetos.

b) Contrato de compra e venda de ações para aquisição de SPEs detentoras de UFVs

Em 07 de abril de 2022, a Cemig Sim celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e outras Avenças (CCVAs) para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“G2”) e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda. (“Apolo”). As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas localizadas em Lavras-MG, que operam na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência. As Usinas, atenderão, em conjunto, a cerca de 1.800 clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão, com redução da emissão de 1.700 toneladas de CO₂/ano.

A celebração do contrato decorreu do exercício de opções de compra de ações outorgadas à Cemig Sim por meio do Term Sheet celebrado em novembro de 2020. As Operações foram submetidas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo esta uma condição suspensiva ao Fechamento das Operações.

Em 04 de agosto de 2022, foi concluída a aquisição da participação societária de 4 SPEs objeto dos CCVAs, diante da implementação de todas as condições suspensivas para tanto, conforme tabela abaixo:

	Usina	Potência (MWp) (Não auditado)	Patrimônio Líquido na data da aquisição	Preço de aquisição ajustado	Retenção
G2 OLARIA 1 ENERGIA S.A.	Olaria 1	3,25	13.329	7.047	(1.057)
G2 CAMPO LINDO 1 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 1	3,25	13.361	7.067	(1.060)
G2 CAMPO LINDO 2 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 2	3,25	14.226	7.046	(1.057)
APOLO 1 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A	Apolo 1	2,75	9.389	5.925	(889)
Total		12,50	50.305	27.085	(4.063)

O valor da aquisição corresponde a R\$27.085, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$23.022. O restante, no valor de R\$4.063, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Cemig SIM, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Compradora, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato.

Os fechamentos das operações de aquisição de participação societária nas SPEs Olaria 2 e Apolo 2 dependem da implementação das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações, sendo o montante estimado para tanto de R\$12.054, sujeito aos mecanismos de ajustes de preço previstos no referido contrato.

c) Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs

Em 11 de maio de 2022, a Companhia celebrou instrumento particular de cessão e transferência de quotas e outras avenças entre Cemig Sim e Genesys Participação Societária Ltda. para aquisição de 100% das quotas de 3 SPEs detentoras de usinas fotovoltaicas.

Em 29 de junho de 2022, a Cemig aprovou a aquisição, por meio de sua subsidiária integral Cemig Sim, de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e pelo Sr. Antônio Carlos Torres, nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras das usinas fotovoltaicas listadas abaixo. As usinas, localizadas em Minas Gerais, encontram-se em fase de construção, sendo que o fechamento da operação, além de estar sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais neste tipo de transação, se dará somente após a entrada em operação das usinas.

O valor estimado da operação é de aproximadamente R\$100 milhões, conforme tabela abaixo, sendo previsto earn-out de R\$2 milhões a depender dos resultados efetivos da UFV Prudente de Moraes:

	Potência (MWp) (Não auditado)	Valor estimado da operação	Previsão de entrada em operação
UFV Prudente de Moraes (*)	6,46	41.000	07/2022
UFV Montes Claros	3,2	20.000	10/2022
UFV Jequitibá	6,25	39.000	02/2023
Total	16,21	100.000	

(*) A UFV Prudente de Moraes entrou em operação em julho de 2022 e estão sendo realizadas diligências pós-conexão para conclusão da aquisição.

d) Aumento de capital

As Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em abril de 2022 e maio de 2022, aprovaram, respectivamente, os aumentos do capital social da Companhia no montante de R\$6.001 e R\$4.267.

Assim, o Capital Social da Companhia passou a ser de R\$112.421, representado por 112.420.992 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

e) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A Cemig realizou adiantamentos para futuro aumento de capital em agosto de 2022, no valor de R\$62.612, com a finalidade de suportar a ampliação da atuação da Companhia no mercado de geração distribuída.

Danilo Gusmão Araújo
Diretor-Presidente

João Paulo Dionísio Campos
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242451-O4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

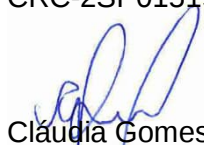
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. - CEMIG SIM, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram e opinaram favoravelmente sobre o Relatório das Demonstrações Financeiras de 2021 e a proposta da Diretoria à Assembleia Geral Ordinária, que trata do Relatório das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2021, e da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2021, no montante de R\$7.208 mil, da seguinte forma: R\$360 mil para constituição de reserva legal, conforme legislação vigente; R\$3.424 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios; e, R\$3.424 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31-12-2022, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2022.